

05/11/2013

PRIMEIRA TURMA

HABEAS CORPUS 116.754 CEARÁ

RELATORA	: MIN. ROSA WEBER
PACTE.(S)	: ALDO FERMON COSTA
IMPTE.(S)	: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
PROC.(A/S)(ES)	: DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL
COATOR(A/S)(ES)	: SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

EMENTA

HABEAS CORPUS. DIREITO PENAL. CRIME DE FURTO. LIVROS DE BIBLIOTECA DE UNIVERSIDADE FEDERAL. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. APLICABILIDADE. TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL. ORDEM CONCEDIDA.

1. A pertinência do princípio da insignificância deve ser avaliada considerando os aspectos relevantes da conduta imputada.

2. O valor irrisório dos bens furtados – cinco livros da Biblioteca de Universidade Federal –, a restituição do objeto do crime à vítima, a ausência de violência, de grave ameaça ou de circunstâncias desfavoráveis, autorizam, na hipótese, a aplicação do princípio da insignificância com o trancamento da ação penal.

3. Ordem concedida.

A C Ó R D ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros do Supremo Tribunal Federal, em Primeira Turma, sob a Presidência do Senhor Ministro Luiz Fux, na conformidade da ata de julgamento e das notas taquigráficas, por maioria de votos, em conceder a ordem de *habeas corpus*, nos termos do voto da Relatora, vencido o Senhor Ministro Marco Aurélio. Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Roberto Barroso.

Brasília, 05 de novembro de 2013.

HC 116754 / CE

Ministra Rosa Weber
Relatora

05/11/2013

PRIMEIRA TURMA

HABEAS CORPUS 116.754 CEARÁ

RELATORA	: MIN. ROSA WEBER
PACTE.(S)	: ALDO FERMON COSTA
IMPTE.(S)	: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
PROC.(A/S)(ES)	: DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL
COATOR(A/S)(ES)	: SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RELATÓRIO

A Senhora Ministra Rosa Weber (Relatora): Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado pela Defensoria Pública da União em favor de Aldo Fermon Costa contra acórdão do Superior Tribunal de Justiça, que negou provimento ao Agravo Regimental no REsp 1.049.156/CE.

O Ministério Público do Estado do Ceará denunciou o paciente pela suposta prática do crime de furto, tipificado no art. 155 do Código Penal, porquanto, em 12.5.2006, foi flagrado ao subtrair 05 (cinco) livros do acervo da Biblioteca de Ciências Humanas da Universidade Federal do Ceará – UFC.

Em 10.10.2006, o Juízo da 12ª Vara Federal da Seção Judiciária do Ceará rejeitou a denúncia pela aplicação do princípio da insignificância.

Inconformado, o Ministério Público Federal interpôs recurso em sentido estrito, com vista à regular tramitação do processo, recebido em seu efeito devolutivo, tendo o magistrado de primeiro grau mantido a decisão de rejeição da denúncia. O Tribunal Regional Federal da 5ª Região, a seu turno, deu provimento ao recurso em sentido estrito, ensejando o manejo pela Defesa, de recurso especial, que, admitido na origem, foi remetido para o Superior Tribunal de Justiça. O Ministro Sebastião Reis Júnior, por intermédio de decisão monocrática, negou seguimento ao recurso, ao fundamento da inaplicabilidade do princípio da insignificância diante do dano pelo Poder Público e pela coletividade.

Apesar de manejo agravo regimental, a Corte Superior negou provimento ao recurso.

HC 116754 / CE

Nesse *writ*, alega a Defesa, em síntese, a aplicação do princípio da insignificância. Nesse vértice, sustenta a mínima ofensividade da conduta do agente, ausência de periculosidade da ação, o reduzido grau de reprovabilidade da ação e a inexpressividade da lesão jurídica provocada.

Informa que o paciente ficou preso por 5 (cinco) dias.

Requer, em medida liminar e no mérito, a concessão da ordem, para reconhecer a atipicidade da conduta pela aplicação do princípio da insignificância.

Em 17.6.2013, indeferi o pedido de liminar.

Informações prestadas pelo Juízo da 12ª Vara Federal da Seção Judiciária do Ceará.

O Ministério Público Federal, em manifestação da lavra do Subprocurador-Geral da República Mario José Gisi, opina pela denegação da ordem.

Expedido telegrama para dar ciência da sessão de julgamento do feito.

É o relatório.

05/11/2013

PRIMEIRA TURMA

HABEAS CORPUS 116.754 CEARÁ

VOTO

A Senhora Ministra Rosa Weber (Relatora): O presente *habeas corpus* diz com a aplicação ou não do princípio da insignificância ao caso concreto.

Conforme relatado, o paciente foi denunciado por tentar subtrair 05 (cinco) livros do acervo da Biblioteca de Ciências Humanas da Universidade Federal do Ceará – UFC.

O Juízo Federal da 12ª Vara da Seção Judiciária do Ceará rejeitou a denúncia, oportunidade em que concedeu liberdade provisória ao paciente, que ficou preso durante 5 (cinco) dias.

Inconformado, o *Parquet* interpôs recurso em sentido estrito perante o Tribunal Regional Federal da 5ª Região, que entendeu pela existência de justa causa para o prosseguimento da ação penal. Colho excerto do voto condutor:

“(…)

In casu, o agir do acusado, ao tentar furtar cinco livros do acervo da Biblioteca da Universidade Federal do Ceará, não se caracterizou numa mínima ofensividade, até mesmo porque o prejuízo gerado, mesmo numa mera tentativa de furto, não foi somente ao patrimônio público, mas a toda uma coletividade, que se, na hipótese, tivesse ocorrido a consumação do delito, estaria privada do acesso aos livros subtraídos, porventura ausentes da referida biblioteca”.

O recurso foi recebido em seu efeito devolutivo. Entretanto, o magistrado de primeiro grau manteve a decisão de rejeição da denúncia.

No âmbito do Superior Tribunal de Justiça, o Ministro Sebastião Reis Júnior, Relator do recurso especial, negou seguimento aos seguintes fundamentos:

“(…)

HC 116754 / CE

Não assiste razão ao recorrente.

Com efeito, o caso não se amolda às hipóteses em que se mostra incidente o princípio da insignificância.

Na análise da tipicidade material da conduta para a aplicação do mencionado princípio, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal aderiram ao entendimento de que devem ser examinados os seguintes critérios: (I) nenhuma periculosidade social da ação; (II) mínima ofensividade da conduta do agente; (III) reduzido grau de reprovabilidade do comportamento; e (IV) inexpressividade da lesão jurídica provocada.

Portanto, não se mostra razoável a consideração isolada do valor do bem material furtado, desacompanhada da análise do prejuízo causado.

No presente caso, o Tribunal de origem asseverou o seguinte (fl.104):

“[...] o agir do acusado, ao tentar furtar cinco livros do acervo da biblioteca da Universidade Federal do Ceará, não se caracterizou numa mínima ofensividade, até mesmo porque o prejuízo gerado, mesmo numa mera tentativa de furto, não foi somente ao patrimônio público, mas a toda uma coletividade, que se, na hipótese, tivesse ocorrido a consumação do delito, estaria privada do acesso aos livros subtraídos, porventura ausentes da referida biblioteca.

[...]

Desta forma, por haver ofensa tanto ao interesse público primário (acesso da comunidade universitária aos livros) quanto ao secundário (patrimônio de autarquia federal), não se mostra mínima a ofensividade da conduta, a ponto de possibilitar a aplicação do princípio da bagatela, uma vez que se verifica afronta de alguma gravidade ao bem jurídico protegido. Sobre o assunto, já se manifestou esta Corte no sentido de afastar a aplicação do princípio perseguido pela defesa, quando o dano é sofrido pelo Poder Público e pela coletividade, conforme os precedentes a seguir transcritos:

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS.

HC 116754 / CE

FURTO QUALIFICADO. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. NÃO APLICAÇÃO. OFENSIVIDADE E ESPECIAL GRAU DE REPROVABILIDADE DA CONDUTA. ORDEM DENEGADA.

1. Aplicável o princípio da insignificância quando verificadas "(a) a mínima ofensividade da conduta do agente, (b) nenhuma periculosidade social da ação, (c) o reduzidíssimo grau de reprovabilidade do comportamento e (d) a inexpressividade da lesão jurídica provocada" (HC 84.412/SP, Ministro Celso de Mello, Supremo Tribunal Federal, DJ de 19/11/04).

2. Na hipótese, não há como reconhecer a mínima ofensividade tampouco o reduzido grau de reprovabilidade da conduta, aptos a ensejarem a aplicação do referido princípio, visto que o recorrente subtraiu aproximadamente 14 canos de ferro de propriedade do Governo do Distrito Federal - Parque ecológico do Riacho Fundo, após serrar e arrancar os referidos objetos do suporte do alambrado de ferro que cerca o parque, res furtiva essa posteriormente avaliada em R\$ 100,00. Não obstante o valor atribuído à coisa subtraída, o *modus operandi* da conduta e o **dano causado à coletividade e ao Poder Público** evidenciam a inequívoca necessidade de repressão penal.

3. Recurso ordinário a que se nega provimento.

(RHC n. 21.523/DF, Ministro Haroldo Rodrigues (Desembargador Convocado do TJ/CE), Sexta Turma, DJe 26/10/2011, grifo nosso).

(...)

Ante o exposto, **nego seguimento** ao recurso especial".

Ao julgar o agravo regimental, o Colegiado negou provimento ao recurso, uma vez que os argumentos trazidos limitaram à reprodução das razões do recurso especial. Eis a ementa do acórdão:

"AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. FURTO. LESÃO AO INTERESSE PÚBLICO PRIMÁRIO E SECUNDÁRIO. OFENSIVIDADE DA CONDUTA. PRINCÍPIO

HC 116754 / CE

DAINSIGNIFICÂNCIA. NÃO INCIDÊNCIA.

1. Na análise da tipicidade material da conduta, para a aplicação do princípio da insignificância, não se mostra razoável a consideração isolada do valor do bem material furtado, desacompanhada da análise do prejuízo causado.

2. No presente caso, por haver ofensa tanto ao interesse público primário (acesso da comunidade universitária aos livros) quanto ao secundário (patrimônio de autarquia federal), não se mostra mínima a ofensividade da conduta, a ponto de possibilitar a aplicação do princípio da bagatela, uma vez que se verifica afronta de alguma gravidade ao bem jurídico protegido. Precedentes.

3. Agravo regimental improvido”.

Nesse *writ*, insiste a Defesa na aplicação do princípio da insignificância à hipótese dos autos, ainda que sem comprovação do valor dos bens furtados.

Esta Suprema Corte, é certo, tem admitido a aplicação do princípio da insignificância em casos envolvendo crimes de pequena dimensão. A conduta delitiva seria tão diminuta que não afetaria materialmente o bem jurídico protegido pela norma penal, sendo atípica da perspectiva material.

Tal entendimento encontra-se consubstanciado em diversos acórdãos. Confira-se:

“A tipicidade penal não pode ser percebida como o trivial exercício de adequação do fato concreto à norma abstrata. Além da correspondência formal, para a configuração da tipicidade, é necessária análise materialmente valorativa das circunstâncias do caso concreto, no sentido de se verificar a ocorrência de alguma lesão grave, contundente e penalmente relevante do bem jurídico tutelado”. (HC 109.739/SP, Rel. Min. Carmen Lúcia, 1ª Turma, Dje 13.02.2012)

“O princípio da insignificância - que deve ser analisado em conexão com os postulados da fragmentariedade e da

HC 116754 / CE

intervenção mínima do Estado em matéria penal - tem o sentido de excluir ou de afastar a própria tipicidade penal, examinada na perspectiva de seu caráter material. Doutrina. Tal postulado - que considera necessária, na aferição do relevo material da tipicidade penal, a presença de certos vetores, tais como (a) a mínima ofensividade da conduta do agente, (b) a nenhuma periculosidade social da ação, (c) o reduzidíssimo grau de reprovabilidade do comportamento e (d) a inexpressividade da lesão jurídica provocada - apoiou-se, em seu processo de formulação teórica, no reconhecimento de que o caráter subsidiário do sistema penal reclama e impõe, em função dos próprios objetivos por ele visados, a intervenção mínima do Poder Público". (RHC 107264/DF, Rel. Min. Celso de Mello, 2ª Turma, Dje 06.12.2011).

A doutrina majoritária tem se posicionado no sentido de que o princípio da insignificância afeta a tipicidade material. Por todos, considerando a torrencial doutrina existente sobre o tema, cito o eminente e saudoso Ministro Francisco de Assis Toledo:

"Note-se que a gradação qualitativa e quantitativa do injusto referida inicialmente (supra, n. 123), permite que o fato penalmente insignificante seja excluído da tipicidade penal, mas possa receber tratamento adequado se necessário como ilícito civil, administrativo etc., quando assim o exigirem preceitos legais ou regulamentares extrapenais". (TOLEDO, Francisco de Assis. *Princípios básicos de Direito Penal*. 5ª ed. São Paulo, Saraiva, 2002, p. 134).

O princípio da insignificância também encontra fundamento nos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade. Impor prisão ou condenação criminal por crimes de diminuta dimensão não se justificaria por sua desproporcionalidade.

Nessa linha, alguns julgados desta Corte, dentre eles o seguinte da lavra do eminente Ministro Ayres Britto:

HC 116754 / CE

“Reiteradas vezes este Supremo Tribunal Federal debateu o tema da insignificância penal. Oportunidades em que me posicionei pelo reconhecimento da insignificância penal como expressão de um necessário juízo de razoabilidade e proporcionalidade de condutas que, embora formalmente encaixadas no molde legal-punitivo, materialmente escapam desse encaixe”. (HC 109.277/SE, Rel. Min. Ayres Britto, 2ª Turma, DJe 17.2.2012).

De todo modo, qualquer que seja a base jurídica para a aplicação do princípio da insignificância, a pontual atenuação do rigor da lei em crimes de diminuta expressão é medida necessária sob pena da criação de situações de acentuada injustiça e da incômoda sensação de identificação da Justiça e do acusado com os personagens literários Inspetor Javert e Jean Valjean, da obra imortal de Victor Hugo.

O princípio da insignificância observa vetores cumulativos de aplicação, quais sejam: mínima ofensividade da conduta do agente, nenhuma periculosidade social da ação, reduzidíssimo grau de reprovabilidade do comportamento e a inexpressividade da lesão jurídica provocada (HC 100.935/RS, rel. Min. Celso de Mello, 2ª Turma, DJe 17.9.2010).

Tais pressupostos se fazem presentes no caso em tela.

Embora não conste dos autos o valor específico dos bens furtados, não há como deixar de ponderar as circunstâncias peculiares do caso concreto.

Na espécie, em 12.5.2006, o paciente foi flagrado ao subtrair 05 (cinco) livros do acervo da Biblioteca de Ciências Humanas da Universidade Federal – “A nova mídia” ; “Estudos interdisciplinares” ; “A fome com vontade de comer” ; “Pensamento comunicacional latino-americano”; e “Convite à filosofia”.

Revelam, ainda, os autos que Aldo Fermon Costa ficou cinco dias preso na carceragem da Polícia Federal, medida constritiva desproporcional à eventual condenação pela figura de furto privilegiado

HC 116754 / CE

(art. 155, § 2º), em que possível a substituição da pena de reclusão pela de detenção ou a aplicação somente da pena de multa.

Ao avaliar as circunstâncias concretas da conduta do paciente, destacou o magistrado federal de primeiro grau:

“(…).

Primeiro: a tentativa de levar os cinco livros teve uma resposta, a saber, cinco dias no cárcere da Polícia Federal. Resposta dura: dura, se adotarmos como referencial o nosso ordenamento jurídico, cuja previsão, para o caso, não é de prisão, mas sim de alguma multa ou algum serviço comunitário; dura, pela nossa cultura, valiosamente aprimorada pelas experiências coletivas, em relação a outras eras e outros lugares, onde pontifica a arbitrariedade do Estado em punir atendendo a motivos subjetivos fora da esfera da razão; dura, pela nossa calamitosa situação de profusão de crimes violentos – de ameaça ou lesão a pessoas – para os quais se destinam as cadeias públicas; por tudo isso, a resposta à tentativa de subtração dos cinco livros já emerge excessiva e desproporcional. O que move o pedido de mais repressão, de mais punição?

(…).

A insistência em processar criminalmente casos irrelevantes é expressão de uma ideologia intransigente com aqueles que o destino posicionou à margem do sistema. São desnecessários. Dessa posição decorre outras atitudes ao longo do processo e destaco aqui o assumir um discurso abstrato antes de aquilatar os elementos que constituem o caso concreto: tentativa de furtar cinco livros, cinco dias preso. O contraponto é o cuidado que merece cada caso, como dedução do cuidado que cada pessoa, em sua singularidade, merece.”

Apesar da inexistência do valor econômico dos livros furtados em 2006, os bens foram restituídos ao acervo da Biblioteca da Universidade Federal do Ceará.

Não houve, outrossim, violência ou grave ameaça na prática do delito.

Nesse contexto, não vislumbro reprovabilidade suficiente a afastar o

HC 116754 / CE

instituto da insignificância, segundo a compreensão que tem sido dada ao tema por esta 1ª Turma.

Por fim, ao exame do acompanhamento da ação penal de origem disponibilizada no sítio da Justiça Federal da Subseção Judiciária do Ceará, verifico que o magistrado de primeiro grau, em observância às decisões da Corte de Apelação e do STJ, recentemente, determinou a citação de Aldo Fermon Costa.

Ante o exposto, concedo a ordem de *habeas corpus* com o trancamento da ação penal de origem.

É como voto.

05/11/2013

PRIMEIRA TURMA

HABEAS CORPUS 116.754 CEARÁ

ADITAMENTO AO VOTO

A SENHORA MINISTRA ROSA WEBER (RELATORA) - Senhor Presidente, como indeferi a liminar e, pesquisando no Tribunal de lá, na verdade, já se determinou a citação.

O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI:

Uma situação distinta daquelas que temos julgado.

A SENHORA MINISTRA ROSA WEBER (RELATORA) - É uma ação penal que, na hipótese de ser julgada procedente, ele levaria o quê? Uma multa? Furto privilegiado no máximo.

Eu não sei, em 2006, eu penso que esses cinco dias, pelos cinco...

O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI:

O juiz vai, provavelmente, absolvê-lo.

A SENHORA MINISTRA ROSA WEBER (RELATORA) - Sim, o juiz já fez nesses termos.

O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI:

E aí, até chegar ao Tribunal, já terá ocorrido a prescrição pela pena em concreto.

O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX (PRESIDENTE) - O objeto do furto é nobre.

A SENHORA MINISTRA ROSA WEBER (RELATORA) - Toda a máquina Judiciária!

O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI:

Passou pela prisão. Eu penso que, nesse caso, excepcionalmente é o caso de conceder-se a ordem.

A SENHORA MINISTRA ROSA WEBER (RELATORA) - Quase um furto.

O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX (PRESIDENTE) - É uma visão prospectiva nesse caso...

O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI:

HC 116754 / CE

Se Vossa Excelência conceder a ordem, eu acompanho Vossa Excelência.

A SENHORA MINISTRA ROSA WEBER (RELATORA) - Eu concedo a ordem sim.

05/11/2013

PRIMEIRA TURMA

HABEAS CORPUS 116.754 CEARÁ

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – Presidente, há os criminosos ou acusados de prática criminosa que atuam no atacado, e há aqueles que atuam no varejo. Então, a partir da atipicidade da conduta pela insignificância, pelo baixo valor da coisa furtada, acaba-se tendo verdadeiro estímulo à prática criminosa. Encontro muita dificuldade para concluir pela atipicidade quando o Código Penal, mediante o preceito do § 2º do artigo 155, contempla a situação concreta e revela inclusive que, diante de um furto privilegiado – por isso é privilegiado –, o juiz pode até mesmo deixar de aplicar a pena, ante o baixo valor da coisa.

Indefiro a ordem, salientando que o Superior se defrontou, numa via muito afunilada, com a pretensão, que foi a do recurso especial, e entendeu impróprio esse mesmo recurso.

05/11/2013

PRIMEIRA TURMA

HABEAS CORPUS 116.754 CEARÁ

VOTO

O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX (PRESIDENTE) - Eu, em regra, indeferiria também, mas, pelas peculiaridades do caso em concreto, pela visão prospectiva do caso, eu vou acompanhar Vossa Excelência.

PRIMEIRA TURMA

EXTRATO DE ATA

HABEAS CORPUS 116.754

PROCED. : CEARÁ

RELATORA : MIN. ROSA WEBER

PACTE.(S) : ALDO FERMON COSTA

IMPTE.(S) : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

PROC.(A/S)(ES) : DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL

COATOR(A/S)(ES) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Decisão: Por maioria de votos, a Turma concedeu a ordem de *habeas corpus*, nos termos do voto da Relatora, vencido o Senhor Ministro Marco Aurélio. Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Roberto Barroso. Presidência do Senhor Ministro Luiz Fux. 1ª Turma, 5.11.2013.

Presidência do Senhor Ministro Luiz Fux. Presentes à Sessão os Senhores Ministros Marco Aurélio, Dias Toffoli e Rosa Weber. Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Roberto Barroso.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Wagner Mathias.

Carmen Lilian Oliveira de Souza
Secretária da Primeira Turma